

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DE ÍNDICES DE PREÇOS PÓS-PLANO REAL: digressões sobre a propalada “âncora verde”¹

Mario Antonio Margarido²
Vagner Azarias Martins³
Carlos Roberto Ferreira Bueno⁴

1 - INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou por relevantes transformações no decorrer da década de 1990. Entre os principais fatores que condicionaram essas alterações, destacam-se a ampliação do grau de abertura econômica, iniciada em 1990 com o governo Collor; a constituição do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), o qual intensificou o processo de abertura econômica; e a implementação do Plano Real em julho de 1994, o qual, finalmente, proporcionou a estabilização dos preços após um longo período de inflação crônica no País.

Na primeira fase do Plano Real, que vai de julho de 1994 a dezembro de 1998, o principal instrumento de política econômica utilizado foi a chamada “âncora cambial”. Outro fator importante para contenção do processo inflacionário foi o grau mais elevado de abertura da economia desde o começo dos anos 90s. Através da liberação das importações, foi possível alavancar a oferta agregada no curto prazo, visando, dessa forma, atender ao rápido crescimento da demanda agregada⁵ a partir da estabilização dos preços.

Também merece destaque, como fator para a estabilização dos preços domésticos, a denominada “âncora verde”, a qual é composta pela produção doméstica conjuntamente com a importação de alimentos.

Em relação ao comportamento dos preços agrícolas como fator relevante para estabilização de preços no País, há basicamente duas vertentes. A primeira, na qual se encaixa o trabalho de Mendonça de Barros, Rizzieri; Pichetti (2001), afirma que a redução dos preços de alimentos no decorrer da década de 1990 deveu-se ao expressivo ganho de produtividade da própria atividade agrícola, ou seja, privilegia o lado da oferta. Em outras palavras, através de inovações tecnológicas⁶ que elevam a produtividade da terra é possível ampliar a quantidade ofertada de alimentos e, como resultado, reduzir seus preços.

Outra corrente, na qual está o *paper* de Farina e Nunes (2004), parte do princípio de que somente os ganhos de produtividade do setor agrícola não são os principais responsáveis para explicar a queda de preços de alimentos em nível de consumidor, dado que a estrutura do setor industrial de alimentos é mais concentrada relativamente àquela que prevalece no setor agrícola, isto é, a indústria de alimentos possui certo poder de mercado⁷ e, conseqüentemente, se apropria dos ganhos advindos do setor agrícola, não os

¹Registrado no CCTC, IE-42/2006.

²Economista, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: mamargarido@iea.sp.gov.br).

³Estatístico, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: vagneram@iea.sp.gov.br).

⁴Médico Veterinário, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: crfbueno@iea.sp.gov.br).

⁵Efeito-renda: mais precisamente, conforme Nicholson (2002), o efeito-renda surge a partir de mudanças que necessariamente alteram a renda real. Em função disso, o indivíduo não pode permanecer na curva de indiferença inicial, mas move-se para uma nova curva de indiferença. Para bens normais, a elevação da renda real induz o agente econômico a atingir uma curva de indiferença mais elevada em relação àquela em que ele encontrava-se antes da mudança no nível de renda real, passando a consumir maiores quantidades do bem do que consumia no início do processo.

⁶O aumento da produtividade dos fatores de produção utilizando inovações tecnológicas implica que é possível obter mais do produto final utilizando a mesma quantidade de insumos ou, então, obter a mesma quantidade do produto final, porém, com menos insumos.

⁷Em linhas gerais, o poder de mercado pode ser definido como a capacidade que os agentes econômicos, tanto vendedores quanto compradores, possuem para exercer algum tipo de influência no preço de mercado de determinada mercadoria, isto é, os agentes econômicos utilizam-se de estratégias que fixam os preços das mercadorias acima daqueles que seriam praticados no mercado de concorrência perfeita, visando, dessa forma, a obtenção de lucros extraordinários. Detalhes sobre esse tema podem ser obtidos, entre outros, em: Mas-Colell; Whinston; Green (1995) e Pindyck; Rubinfeld (2002).

repassando aos consumidores.

Basicamente, para Farina e Nunes (2003), a estabilização dos preços está relacionada ao comportamento dos preços de alimentos no varejo, dado que estes últimos subiram menos relativamente à evolução dos preços dos alimentos em nível de produtor e da própria indústria de alimentos. Ainda segundo esses dois autores, os fatores que condicionaram essa queda acentuada de preços de alimentos em nível de consumidor devem-se basicamente a três aspectos: 1) ajustes endógenos no âmbito das empresas; 2) inovações nas formas de coordenação entre firmas; e 3) mudanças estruturais no próprio ambiente do setor varejista.

Conforme Green e Schaller (2000, p.111), a principal característica *“surgida com o comércio dito ‘moderno’, reside em um funcionamento interno que privilegia o reabastecimento contínuo, na perspectiva de limitar os custos financeiros o que representa a não manutenção de estoques desnecessários. Trata-se de manter apenas aqueles necessários a um funcionamento em fluxo contínuo”*.

Em relação ao segundo fator, ou seja, às relevantes alterações no relacionamento comercial entre fornecedores e empresas do segmento de varejo, verifica-se a tendência de relações mais estáveis e duradouras, pois a redução dos níveis de estoques induz, necessariamente, maior frequência de transações, fator esse que proporciona redução dos custos de transação⁸ ao evitar a necessidade de se renegociar os contratos a cada nova transação.

Finalmente, as próprias mudanças do

⁸Custos de transação são aqueles que os agentes econômicos incorrem toda vez que necessitam recorrer ao mercado. Em outras palavras, os custos de transação envolvem os custos para negociar, redigir e garantir (inclusão de salvaguardas) o cumprimento de determinado contrato. Na teoria Microeconômica Neoclássica, contratos não representam custos significativos, pois essa vertente teórica tem como base a simetria de informações entre os agentes econômicos que realizam determinada transação, ou seja, tanto compradores quanto vendedores conhecem todas as qualidades do objeto envolvido na transação. Já a Teoria dos Custos de Transação, conforme Fiani (2002, p.269), *“suspende a hipótese de simetria de informações, e elabora um conjunto de hipóteses que tornam os custos de transação significativos: racionalidade limitada, complexidade e incerteza, oportunismo e especificidade de ativos”*. Detalhes sobre os pressupostos comportamentais e as características básicas das transações incorporadas pela Economia de Custos de Transação podem ser encontrados, entre outros, em Fiani (2002), Kato; Margarido (2000) e Farina; Azevedo; Saes (1997), Azevedo (1996).

ambiente econômico no decorrer da década de 1990 também exerceram importante papel na reformulação do segmento varejista, com ênfase no setor de supermercados, pois a abertura econômica, além de acirrar a concorrência entre as grandes redes de supermercados ao permitir a entrada de capital estrangeiro⁹, também gerou intenso processo de concentração nesse segmento.

Em uma economia cada vez mais inserida no processo de globalização, o acompanhamento da inflação é fundamental para o exercício da política monetária. Essa preocupação não é restrita aos países em desenvolvimento, conforme ressalta Carmo (2004), citando Boskin et al.(1998).

Em relação à estatística econômica, os Índices de Preços aos Consumidores (IPCs) são os indicadores mais utilizados para medir e estimar a evolução dos preços e, conseqüentemente, da própria inflação. A construção de um índice de preço ao consumidor baseia-se em Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs). Essas pesquisas são realizadas por diversos institutos de pesquisas, sendo compostas cada uma por uma determinada cesta de bens e serviços em função de suas próprias características regionais, as quais fornecem as estruturas de ponderações dos IPCs. Geralmente, os IPCs são calculados conforme a fórmula de Laspeyres¹⁰, conforme versão adotada pelo Bureau of Labor Statistics em 1926, a qual encontra-se disponível em diversas publicações como, por exemplo, Toledo e Ovalle (1995).

⁹Conforme a Revista Época de 19 de dezembro de 2005 (LUZ; CANÇADO, 2005), a rede de varejo Wal-Mart adquiriu, à vista, pelo equivalente a R\$ 1,69 bilhão, as 140 lojas da rede de supermercados de capital português Sonae distribuídas pela Região Sul. Com essa mega-operação, a Wal-Mart passou a ocupar o terceiro lugar no setor de supermercados no Brasil, ficando atrás apenas do Pão de Açúcar e do Carrefour em termos de faturamento. Ainda, segundo Época, as estimativas de faturamento para 2005 para o Pão de Açúcar, Carrefour e Wal-Mart serão de R\$ 16, R\$ 13 e R\$ 11 bilhões, respectivamente.

¹⁰Conforme Merrill; Fox (1977), o índice de Laspeyres utiliza as respectivas quantidades como pesos fixos, tanto para o preço do ano dado, quanto do próprio ano-base. Sua fórmula é a

$$\text{seguinte: } L = \frac{\sum_{i=1}^n p_t^i q_0^i}{\sum_{i=1}^n p_0^i q_0^i} * 100, \text{ onde } i = \text{produto; } p_t^i =$$

preço do produto i no ano dado; p_0^i = preço do produto i no ano-base; e q_0^i = quantidade consumida no ano-base.

Entre os principais IPCs calculados no Brasil, o IPC da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo (USP) foge à regra, pois baseia-se na fórmula proposta por Konüs e Byushgens (1926), que é um índice geométrico¹¹. Em linhas gerais, pelo lado do consumidor, que é o cerne da pesquisa, essa diferença metodológica induz a dois efeitos quando o preço do bem adquirido sobe. No caso da metodologia de Laspeyres, prevalece o efeito renda, em que o consumidor perde poder aquisitivo em termos do bem que teve o preço elevado, reduzindo o consumo desse bem. Já na metodologia do índice geométrico, o consumidor realoca suas despesas de consumo de forma a substituir os produtos que ficaram mais caros por outros relativamente mais baratos, nesse caso, prevalece o efeito substituição. Estudo recente do Relatório (2004) mostrou que o indicador calculado a partir da fórmula de Laspeyres tende a ser maior que o obtido pelo índice geométrico em função dos efeitos renda e substituição.

2 - OBJETIVO

O objetivo deste *paper* é analisar o comportamento dos índices de preços de alimentos no município de São Paulo e de índices gerais de preços no período pós Plano Real para identificar quais foram os principais “mocinhos” e “vilões” da inflação no referido período.

Visando analisar o comportamento dos índices de preços no período de 1995 a 2005, foram calculadas suas respectivas taxas de crescimento com base em modelos de regressões, conforme apresentado em Bueno; Martins; Margarido (2005).

¹¹De acordo com IBGE (2005), o índice geométrico é calculado

pela seguinte fórmula:
$$G_{t-1,t} = \prod_{i=1}^n \left(\frac{P_t^i}{P_{t-1}^i} \right)^{w_0^i}$$
, onde

$\frac{P_t^i}{P_{t-1}^i}$ é o relativo de preços do subitem i referente ao período

de t e $t-1$ e w_0^i é o peso do subitem i obtido no momento 0,

sendo que $\sum_{i=1}^n w_0^i = 1$.

3 - MATERIAL E MÉTODO

3.1 - Material

Foram utilizados os seguintes índices de preços: Índice de Preços da Cesta de Mercado Total (IPCMT), que inclui produtos vegetais e animais; Índice de Preços da Cesta de Mercado de Produtos Vegetais (IPCMV)¹² e Índice de Preços da Cesta de Mercado de Produtos Animais (IPCMA)¹³. Esses três índices são calculados para o município de São Paulo, cuja fonte é o Instituto de Economia Agrícola (IEA). Segundo Margarido, Bueno, Martins (2003, p. 39), o “valor da cesta de mercado corresponde à despesa familiar. Nesse caso, essa despesa tem como base às quantidades adquiridas pelo domicílio da família paulistana de renda e tamanhos médios, conforme Pesquisa de Orçamentos Familiares (FIPE, 1981/82), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da Universidade de São Paulo (FIPE/USP). Já os preços dessa cesta são coletados a partir de uma amostra delineada pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA)”.

Outros três índices utilizados foram o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA)¹⁴ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁵, Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁶ e o Índice de Preços ao Consumidor (IPC)¹⁷ da Fundação Instituto de Pesquisas Eco-

¹²Subdivide-se em: produtos básicos, que englobam açúcar, arroz, café; farináceos e massas, incluindo farinhas (quatro produtos), macarrão, pão; feijão; óleos (algodão, milho e soja); frutas (banana, laranja e outras (doze frutas); hortaliças, tais como: alface, batata, cebola, tomate e outras (vinte hortaliças); e outros produtos (maisena, massa de tomate e goiabada).

¹³Subdivide-se em carnes e derivados (bovina, frango e suína) e derivados (lingüiça, banha e toucinho); leite e derivados (leite e derivados - manteiga e queijo); e ovos.

¹⁴Basicamente, o IPCA é coletado no período de 01 a 30 do mês de referência e abrange famílias com rendimentos entre 1 e 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das seguintes regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Goiânia.

¹⁵<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/indicadores/ipca/defaultnpc.shtml>>

¹⁶<<http://www.fgv.br>>

¹⁷O IPC-FIPE restringe-se ao município de São Paulo, sua coleta é efetuada pelo período de um mês completo e sua divulgação ocorre no início do mês seguinte. Este índice capta as variações de preços da cesta de consumo de famílias com renda de até vinte salários mínimos.

nômicas (FIPE).

Analisou-se o comportamento dos cinco índices de preços levando-se em consideração o período completo, isto é, 1995 a 2005; no período de câmbio “valorizado” (1995-1998) e no período pós-desvalorização (1999-2005).

Finalmente, utilizou-se o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-FIPE), que foi desagregado por grupos e engloba os seguintes fatores: habitação, alimentação, transportes, despesas pessoais, saúde, vestuário e educação.

3.2 - Método¹⁸

De acordo com Matos (2000), a função exponencial é muito utilizada na descrição de processos de crescimento contínuo e aproximadamente contínuo de uma variável ao longo do tempo. A partir desse tipo de função é possível tornar lineares relacionamentos não lineares através da aplicação de adequadas transformações, como, por exemplo, a utilização de variáveis no formato logarítmico.

Conforme apresentado em Ramanathan (1998), supondo que a variável P esteja crescendo a uma taxa aproximadamente constante, sua representação matemática é:

$$P_t = (1 + g) P_{t-1} \quad (1)$$

onde: g é a taxa de crescimento entre os períodos de tempo $t-1$ e t .

Efetuando-se repetitivas substituições, obtém-se a seguinte expressão:

$$P_t = P_0 (1 + g)^t \quad (2)$$

No entanto, a equação 2 não é linear, sendo assim, é necessário algum tipo de transformação para torná-la linear. Aplicando-se o logaritmo natural sobre os dois lados de (2), tem-se:

$$\ln P_t = \ln P_0 + t \ln(1 + g) \quad (3)$$

Redefinindo-se os termos na expressão 3 ($Y_t = \ln P_t$; $X_t = t$; $\beta_1 = \ln P_0$; $\beta_2 = \ln(1 + g)$), tem-se:

$$Y_t = \beta_1 + \beta_2 X_t \quad (4)$$

Dado que o modelo apresentado em 4 é estocástico, é necessário acrescentar um termo

de erro, sendo assim, tem-se o seguinte modelo transformado:

$$\ln P_t = \beta_1 + \beta_2 t + u_t \quad (5)$$

A equação 5 é linear quando toma-se a variável dependente no formato logarítmico. Em função do fato de a “variável dependente estar no formato logarítmico, esse modelo é conhecido como modelo log-linear ou semilog. Se o modelo é escrito como $\ln P_t = \beta_1 + \beta_2 t + u_t$, β_2 , é o efeito marginal de X sobre $\ln P_t$ e não sobre P_t . Ele é conhecido como “taxa de crescimento instantâneo”(RAMANATHAN, 1998, p. 274). Diferenciando-se ambos os lados de 5 com relação a X_t , tem-se:

$$\beta_2 = \frac{d(\ln P_t)}{d X_t} = \frac{1}{P_t} \frac{d P_t}{d X_t}$$

ou seja, β_2 representa a taxa de crescimento da variável P_t ao longo do tempo. Mais precisamente,

o termo $\frac{d P_t}{P_t}$ representa a mudança em P_t

dividida por P_t . Multiplicando-se por 100, então, β_2 fornece diretamente a variação percentual em P_t em função de uma mudança unitária em X_t , que representa o tempo.

4 - ANÁLISE DE RESULTADOS

Analisando a evolução do IPCMT, IPCMV, IPCMA, IPCA e IGP-DI no período de janeiro de 1995 a dezembro de 2005, pode-se distinguir diferentes fases (Figura 1).

Na fase com taxa de câmbio administrada, que abrange janeiro de 1995 a dezembro de 1998, observa-se que no período que antecedeu à crise dos países do sudeste asiático (1995-1996) os três índices da cesta de mercado evoluíram praticamente juntos, além de apresentarem pequena variabilidade. Quanto aos índices geral IGP-DI e ao consumidor IPCA, verifica-se que ambos estiveram o tempo todo acima dos índices da cesta de mercado, e que o IPCA foi aquele que apresentou maior variabilidade em relação ao IGP-DI.

No período de janeiro de 1997 a dezembro de 1999, englobando tanto o período com câmbio administrado quanto flutuante, os dados mostram que o IPCMV e o IPCMT continuaram a caminhar conjuntamente, porém, o

¹⁸Esta subseção baseia-se em Ramanathan (1998) e Matos (2000).

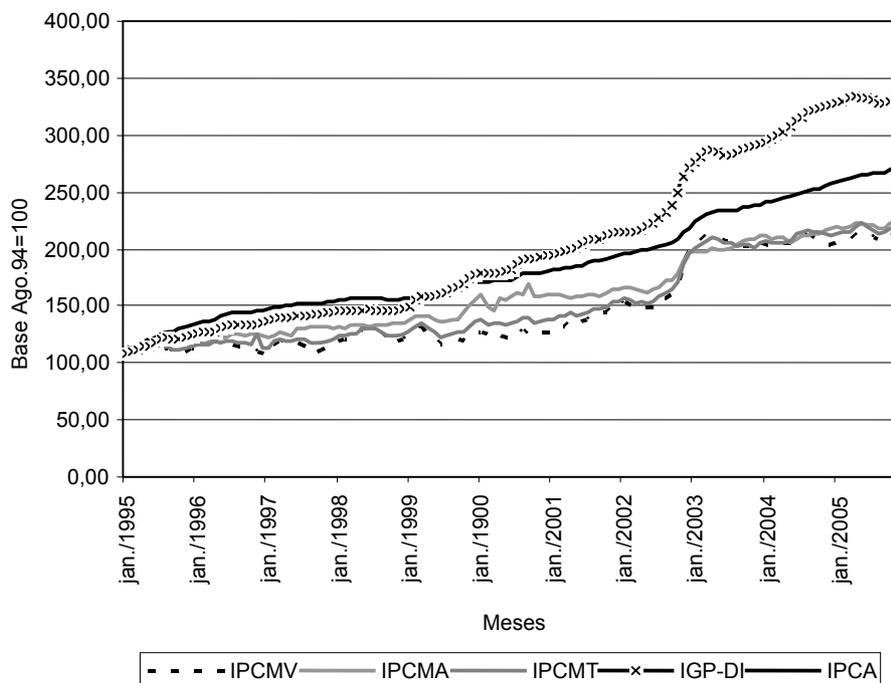


Figura 1 - Evolução do IPCMV, IPCMA, IPCMT, IGP-DI e IPCA, jan./1995-dez./2005

Fonte: Elaborada a partir de Instituto de Economia Agrícola (IEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

IPCMA se descolou dos outros dois índices da cesta de mercado, ficando todo esse período acima dos outros dois índices. Por sua vez, ao se analisar o comportamento do IPCA e IGP-DI, observa-se que, apesar do IPCA continuar na sua trajetória ascendente, o IGP-DI salta de patamar e começa a apresentar uma trajetória mais íngreme em relação ao IPCA e, finalmente, converge com o IPCA por volta de janeiro de 2000. Vale lembrar que esse período foi muito turbulento, pois foi permeado por várias crises.

De um lado, a crise dos países asiáticos, que provocou o desaquecimento da economia mundial, com a conseqüente queda dos preços das *commodities* no mercado internacional. No ambiente doméstico, o Brasil apresentou um quadro de estrangulamento das contas externas, fato que obrigou uma mudança radical na política cambial, a qual passou de um regime de câmbio administrado para outro em que vigorou o regime com taxa de câmbio flutuante¹⁹. No acu-

mulado, a desvalorização do real em relação ao dólar foi da ordem de 59,0% entre dezembro de 1998 e fevereiro de 1999. Conforme FGV²⁰, o IGP-DI é um índice “híbrido”, pois 60,0% de sua composição deve-se ao Índice de Preços no Atacado (IPA), 30,0% de preços no varejo, ou seja, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e 10,0% relativo ao Índice de Preços da Construção Civil (INCC). A área de abrangência do IGP-DI consiste nas doze maiores regiões metropolitanas do País e o seu período de coleta é o mês completo, isto é, do primeiro ao último dia do referido mês. Portanto, esse índice é fortemente influenciado pelos preços da indústria²¹, que, por sua vez, estão atrelados à taxa de câmbio, dado que muitos dos insumos desse segmento são

tária, pois o Banco Central, tendo como base diversos indicadores econômicos domésticos e externos, estabelece qual deve ser a taxa máxima de inflação para determinado ano. O principal instrumento utilizado é a política monetária. Em linhas gerais, o Banco Central expande ou retrai a quantidade ofertada de moeda na economia comprando e vendendo títulos no mercado aberto, fato que determina o patamar da taxa de juros.

²⁰Disponível em: <http://www2.fgv.br/dgd/asp/dsp_IGP.asp>.

²¹As variações de preços em nível de indústria são captadas através do Índice de Preços no Atacado (IPA).

¹⁹A partir do início de 1999, com a desvalorização cambial, a âncora cambial foi substituída pela âncora monetária, também denominada de meta de inflação. Contrariamente ao que acontecia com o câmbio administrado, onde a política monetária era completamente passiva, a introdução do sistema de meta de inflação confere um papel ativo para a política mone-

importados, fato que justifica sua mudança de patamar, e posterior ritmo de crescimento a partir de janeiro de 1999, época da desvalorização cambial. Também é necessário observar que a FGV calcula outros dois IGPs, o IGP-10 e o IGP-M. Todos possuem a mesma metodologia, o que os difere são os respectivos períodos de coleta e divulgação. O IGP-M é utilizado como indexador de preços de títulos do governo e também para reajustes de tarifas de preços de serviços públicos²². Portanto, uma vez que a metodologia de cálculo do IGP-M é idêntica a do IGP-DI, e dado que o IGP-M apresentou forte variação após a desvalorização cambial, esse fato contaminou o comportamento do IGP-DI também.

Portanto, aparentemente, afirmar que foram os preços dos alimentos, em geral, os principais responsáveis pela contenção da inflação nesse período não procede. O mais correto seria dizer que foram os preços dos produtos vegetais que contribuíram nesse sentido, pois os produtos animais apresentaram patamares mais elevados de variações de preços em relação aos produtos vegetais. A justificativa para esse comportamento do IPCMA, possivelmente, reside no fato de que todo processo inflacionário induz a uma perversa redistribuição de renda, pois retira renda dos mais pobres e repassa-a para os mais ricos²³. Sendo assim, as camadas com menor nível de renda retraem o consumo, inclusive de produtos alimentares. Em função desse quadro, a implementação de um pacote de estabilização, como no caso do Plano Real, ao derrubar rapidamente a inflação, necessariamente conduz à elevação do nível de renda dos consumidores, os quais modificam suas respectivas cestas de consumo. No caso do Brasil, verificou-se, que após o Plano Real, o consumo de produtos de origem animal, tais como iogurte e carne de frango, cresceu acentuadamente. Essa pressão pelo lado da demanda se refletiu sobre o IPCMA, explicando esse deslocamento entre o IPCMA e IPCMV. Também é necessário levar em consideração o choque externo proporcionado pela crise da “va-

ca louca”, pois a restrição de consumo de carne produzida na União Européia foi excelente janela de oportunidade para o Brasil, pois a partir dessa situação o País passou a ocupar um lugar de maior destaque no comércio internacional de carne. Ao expandir as exportações, há retração da quantidade ofertada de carne bovina no mercado doméstico, que aliado ao ganho de renda proporcionado pela estabilização dos preços, e o conseqüente aumento da demanda doméstica por proteína animal contribuíram para elevar os preços dos produtos de origem animal.

A partir de janeiro de 2000, até aproximadamente setembro de 2002, percebe-se, novamente, mudanças nos comportamentos dos cinco índices de preços. Os índices relativos ao IPCMT e IPCMV continuam a evoluir conjuntamente, porém, em torno de abril de 2000 até junho/julho de 2001, há descolamento entre esses dois índices com o primeiro se mantendo sistematicamente acima do segundo. Esse deslocamento pode ser explicado pelo comportamento do IPCMA, o qual, no mesmo período, se posicionou muito acima dos outros dois índices da cesta de mercado, e dado que o IPCMA faz parte do IPCMT, explica o descolamento ocorrido entre o IPCMT e o IPCMV. Ainda, no mesmo período, o IPCA continua na mesma trajetória do período anterior, porém, o IGP-DI apresenta trajetória mais íngreme e tendência de se descolar cada vez mais em relação ao IPCA.

No período de julho de 2001 a julho de 2002, observa-se que, enquanto o IPCMT e o IPCMV começam a apresentar trajetória mais íngreme, ou seja, as variações de preços desses dois índices tornam-se mais voláteis, o IPCMA continua na sua trajetória ascendente, porém, de forma menos intensa, e os três tendem a convergir para o mesmo patamar. Enquanto isso, no mesmo período, a distância entre o IPCA e o IGP-DI tende a aumentar em favor desse último. É importante destacar que a distância entre o IPCA e os três índices da cesta de mercado também é ampliada.

A partir de julho de 2002, os três índices da cesta de mercado passam a crescer de forma mais intensa, convergindo para o mesmo patamar em torno de setembro do referido ano. Posteriormente, continuam a apresentar crescimento e atingem seus respectivos pontos máximos entre janeiro e fevereiro de 2003. Em seguida, apresentam retração de suas respectivas

²²Após a estabilização da economia, o governo partiu para um agressivo programa de privatizações de empresas estatais, principalmente de setores envolvendo serviços públicos, tais como: energia elétrica, telefonia, etc. Nos contratos de concessões desses serviços ficou estabelecido que os reajustes das tarifas seriam anuais e teriam como base o IGP-M.

²³Em outras palavras, transfere renda daqueles grupos sociais com menor propensão marginal a poupar para aqueles com maior propensão marginal a poupar.

taxas de crescimento, se estabilizam, além de convergirem, a partir de julho de 2003 até dezembro de 2005, porém, em um patamar muito superior àquele que prevalecia no início da série. Assim como aconteceu com os três índices da cesta de mercado, tanto o IGP-DI quanto o IPCA apresentam acentuada taxa de aceleração a partir de julho de 2002, sendo que o pico de ambos ocorreu por volta de julho de 2003. A partir desse ponto, ambos cedem um pouco, mas continuam a apresentar elevadas taxas de crescimento, sendo que a distância entre ambos tendeu a ampliar-se até o final do período analisado.

O salto para todos os cinco índices a partir de julho de 2002 deve-se, basicamente, ao instável quadro político que imperava no País, pois diante da possibilidade de um partido de esquerda assumir o poder, criou-se instabilidade no ambiente econômico, tanto é assim, que o real desvalorizou-se fortemente em relação ao dólar, chegando a ser cotado na magnitude de R\$4,00 para US\$1,00. Conseqüentemente, isso se refletiu sobre os índices de preços, com ênfase na evolução do IGP-DI.

Também não se pode deixar de lado a pressão exercida pela expressiva elevação dos preços internacionais do petróleo, a partir do início de 2002, sobre os índices de preços, cujos efeitos foram minimizados pelos seguintes fatores. De um lado, conforme observado por Margarido e Barros (2000, p. 79), variações de preços internacionais do petróleo não apresentam o mesmo nível de impacto, como ocorreram com os dois choques do petróleo na década de 1970, pois, *“em função desses choques do petróleo, diversos países implementaram projetos de pesquisa na área de energia visando não somente o desenvolvimento de fontes de energia alternativas, como, também, intensificar a produção doméstica de petróleo, com o intuito de reduzir sua dependência externa em relação ao petróleo importado”*. Portanto, essas mudanças nos preços relativos tornaram economicamente viável a produção de petróleo em grandes profundidades em alto mar. Em função disso, o Brasil já é quase auto-suficiente na produção de petróleo, reduzindo dessa forma sua vulnerabilidade em relação a choques de preços externos do petróleo. Também não se pode negar que a Petrobrás contribuiu de forma decisiva na contenção da inflação no País ao não repassar integralmente as variações dos preços internacionais do petróleo para

os preços domésticos dos combustíveis.

Em termos de taxas de crescimento também se levou em consideração três fases distintas: o período de janeiro de 1995 a dezembro de 2005; período com a taxa de câmbio administrada (1995-1998) e com taxa flutuante (1999-2005).

No período de janeiro de 1995 a dezembro de 1998, os preços dos produtos vegetais apresentaram taxa de crescimento anual de 2,49% a.a., enquanto os preços dos produtos de origem animal cresceram o dobro, cerca de 5,03% a.a. Já o índice de preços da cesta de mercado total cresceu em torno de 3,28% a.a. O índice de preços que apresentou maior taxa de crescimento ao ano foi o IPCA com 8,41%, valor superior ao da taxa de crescimento do IGP-DI, que evoluiu cerca de 7,65% a.a. (Figura 2).

Em termos percentuais, envolvendo a taxa de crescimento de cada índice da cesta de mercado relativamente ao IPCA e IGP-DI, verifica-se que, no período de 1995 a 1998, o IPCMV, IPCMA e IPCMT representavam 29,60%, 59,81% e 39,00% do IPCA, respectivamente. Realizando o mesmo procedimento para cada índice de cesta de mercado, porém, dessa vez, em relação ao IGP-DI, os resultados mostram que as taxas de crescimento do IPCMV, IPCMA e IPCMT representaram cerca de 32,54%, 65,75% e 42,87% da taxa de crescimento do IGP-DI, respectivamente. Novamente, observa-se que ao se desagregar por tipo de produto, não se pode afirmar que os alimentos foram os responsáveis por conter o avanço da inflação no referido período, pois o índice de preços de produtos animais evoluiu com muito mais intensidade do que o índice de preços de produtos vegetais.

No período de 1999 a 2005, excetuando-se o IPCA, que apresentou taxa de crescimento muito próxima à do período anterior (8,81% a.a.), todos os demais índices apresentaram taxas de crescimento muito mais agressivas em comparação ao período anterior. A taxa de crescimento do IPCMV saltou de 2,49% a.a., no período de 1995 a 1998, para 11,37% a.a. no período de 1999 a 2005, ou seja, cerca de 4,56 vezes maior que a taxa de crescimento do primeiro período. A taxa de crescimento do IPCMA no período de 1999 a 2005 foi da ordem de 8,00% a.a., sendo 1,57 vezes maior que no período de 1995 a 1998. Por sua vez, a taxa de crescimento do IPCMT no período de 1999 a 2005 foi 10,46% a.a., ou seja, quase 3,19 vezes maior que a sua

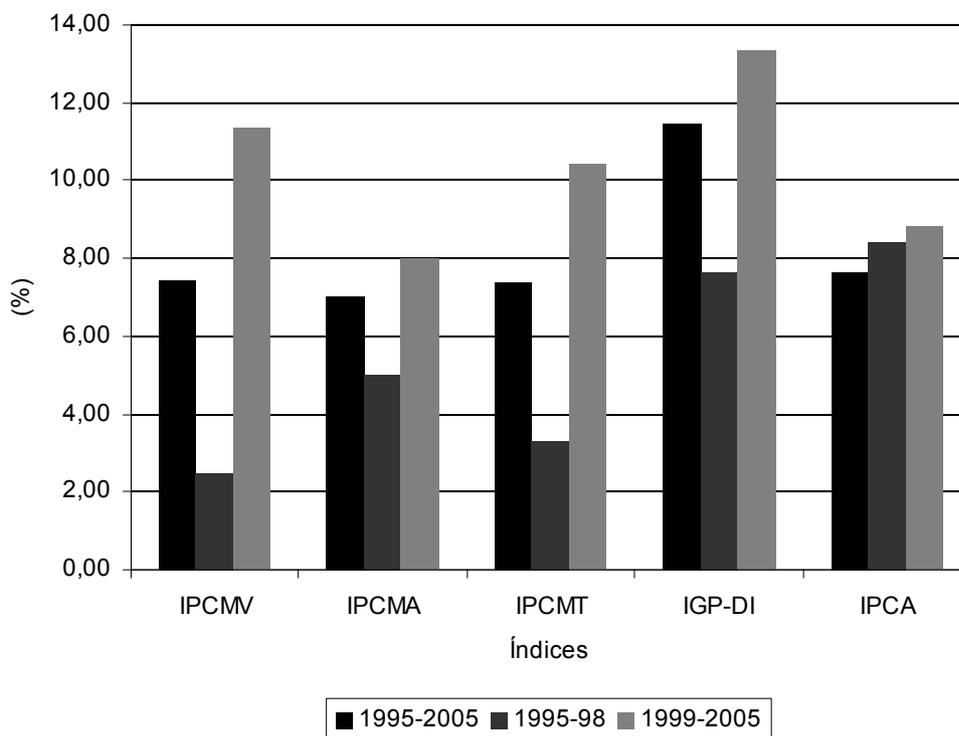


Figura 2 - Taxas de crescimento dos Índices de Preços, 1995-2005.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

própria taxa de crescimento no período de 1995 a 1998. Finalmente, o IGP-DI apresentou taxa de crescimento de 13,31% a.a. no período 1999 a 2005, o que representa um valor 1,73 vezes maior que do período de 1995 a 1998.

As relações entre cada taxa de crescimento da cesta de mercado com a taxa de crescimento do IPCA mostram que o IPCMV, IPCMA e IPCMT representaram 129,05%, 90,80% e 118,83%, respectivamente, da taxa de crescimento do IPCA no período de 1999 a 2005. A partir desses números, verifica-se que os preços dos alimentos, com ênfase nos preços dos vegetais, suplantaram com larga diferença as variações de preços do IPCA.

A relação entre cada índice de cesta de mercado com o IGP-DI mostra que o IPCMV, IPCMA e IPCMT representam 85,42%, 60,10% e 78,59%, respectivamente, do valor do IGP-DI no período de 1999 a 2005. Dado que as variações de preços captadas pelo IGP-DI foram mais intensas nesse período, isso explica os menores valores obtidos aqui em relação ao IPCA, conforme anteriormente apresentado. Novamente, os destaques “negativos” foram os preços dos ali-

mentos vegetais.

Ao analisar-se o período completo, isto é, de 1995 a 2005, observa-se que houve equilíbrio entre as variações de preços dos três índices da cesta de mercado com o IPCA. Novamente, o único índice que destoou foi o IGP-DI. Enquanto o IPCMV apresentou taxa de crescimento de 7,44% a.a., o IPCMA e o IPCMT apresentaram taxas de crescimento da ordem de 7,03% a.a. e 7,39% a.a. contra taxa de crescimento do IPCA de 7,63% a.a. Como visto anteriormente, o único índice que evoluiu mais intensamente foi o IGP-DI, com taxa de crescimento igual a 11,44% a.a.

Para verificar com maior nível de detalhes o comportamento dos preços no período de janeiro de 1995 a dezembro de 2005, será utilizado o IPC-FIPE²⁴, porém, desagregado por segmento. Ao todo, são sete segmentos que compõe o IPC-FIPE²⁵, são eles: habitação, alimentação, transportes, despesas pessoais, saú-

²⁴Nesse caso, a base do IPC-FIPE é agosto de 2004 igual a 100.

²⁵Os itens e subitens que compõem cada segmento encontram-se em: Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Secretaria das Finanças - Prefeitura Municipal de São Paulo, n.795 - Ano 66 - mar.05.

de, vestuário e educação.

Em relação à evolução dos índices de preços de educação e habitação, verifica-se que ambos sempre se situaram acima dos demais índices que constam do IPC-FIPE ao longo do período de janeiro de 1995 a dezembro de 2005 (Figura 3). Outros dois aspectos a serem relacionados com ambos índices é que no caso do índice de educação fica nítida sua característica sazonal, pois apresenta saltos (tipo escadas) todo início de ano, captando, dessa forma, os reajustes de matrículas. Também observa-se que, a partir de janeiro de 2004, há um deslocamento dos dois índices, com o índice de educação se posicionando acima do índice de habitação.

O índice de saúde ficou abaixo dos dois índices mencionados anteriormente, porém, acima dos demais índices (Figura 3). Nesse item, é importante frisar que, em 1998, em função da Lei 9.656/98 (BRASIL, 1998), foram criadas regras para regulamentar o setor de planos de saúde e, em 2000, através da Lei 9.961/2000 (BRASIL, 2000), foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) com a finalidade de intermediar as relações do governo com o setor privado de saúde, esses dois fatos possivelmente podem explicar o menor índice de crescimento desse grupo após 1998.

Os índices de despesas pessoais, alimentação e transportes evoluíram emparelhados até o início de 1999. A partir dessa data, o índice de transporte²⁶ se descolou dos outros dois, pois sua taxa de crescimento ficou mais intensa, fato que refletiu na mudança de sua trajetória, que ficou mais íngreme em comparação aos índices de despesas pessoais e alimentação. Em função dessa mudança de trajetória do índice de transportes, observa-se que o referido índice intercepta o índice de saúde em janeiro de 2002. A partir desse ponto ambos evoluem conjuntamente, exceto no período de janeiro de 2003 a aproximadamente março de 2004, onde houve um

descolamento do índice de transporte em relação ao de saúde, com a diferença máxima entre ambos índices ocorrendo por volta do segundo trimestre de 2003 (Figura 3).

O único índice que apresentou comportamento praticamente estável foi o de vestuário, seja no período com o câmbio administrado, seja no período com câmbio flutuante (Figura 3).

As justificativas para tal comportamento, possivelmente, devem-se aos seguintes fatores. No período com câmbio administrado, Barbosa; Margarido; Nogueira Júnior (2002, p. 104) destacam que *“a abertura comercial iniciada no final da década de 80 culminou com a isenção total das tarifas de importação de algodão em pluma, que, juntamente com as excelentes condições de financiamentos internacionais, induziram o setor têxtil brasileiro a adquirir a matéria-prima no exterior em detrimento da produção doméstica, tornando o país um importante player no mercado internacional na condição de abastecer sua ampla cadeia têxtil”*. Portanto, a conjunção de fatores favoráveis, no âmbito doméstico, como o câmbio valorizado e a eliminação de tarifas de importações, e a janela de oportunidade oferecida pelo mercado internacional com juros menores que os praticados no mercado doméstico associado com prazos mais amplos para o pagamento da matéria-prima e a importação de têxteis do sudeste asiático, possibilitaram maior concorrência no mercado interno de têxteis e, conseqüentemente, contribuíram de forma decisiva para amortecer possíveis elevações de preços no setor têxtil no período em questão.

No período com câmbio flutuante, apesar das dificuldades para importação da fibra de algodão em função da forte desvalorização cambial ocorrida no início de 1999, é preciso observar que o subsídio dado pelo Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (PROALMAT) para os Estados da Região Centro-Oeste, em especial ao Estado do Mato Grosso, permitiram ganhos de até 15% aos produtores e também a modernização do parque agroindustrial algodoeiro, principalmente no período de 1995 a 2000, foram fatores que permitiram a expansão da cultura do algodão no cerrado, resultando na diminuição de nossa dependência em relação às importações, e também contribuiu para que o País se tornasse importante exportador da fibra. Portanto, apesar das dificuldades para importar a fibra de algodão, não houve escassez de matéria-prima para aten-

²⁶Observando a evolução dos preços internacionais do petróleo, verifica-se que sua trajetória descendente, que imperou a partir do início de 1997 até o final de 1998, foi revertida. No período de 1999 até o final de 2004, os preços do petróleo no mercado externo apresentaram expressiva elevação. A partir de informações do IPEADATA (base jan.2002=100), o índice de preços do petróleo saltou de 57 em janeiro de 1999 para 100 em janeiro de 2002. De janeiro de 2002 a dezembro de 2004, houve outro grande salto, pois o índice saiu de 100 e chegou a 204. Tomando-se como base somente esse segundo período, o preço internacional do petróleo mais do que duplicou.

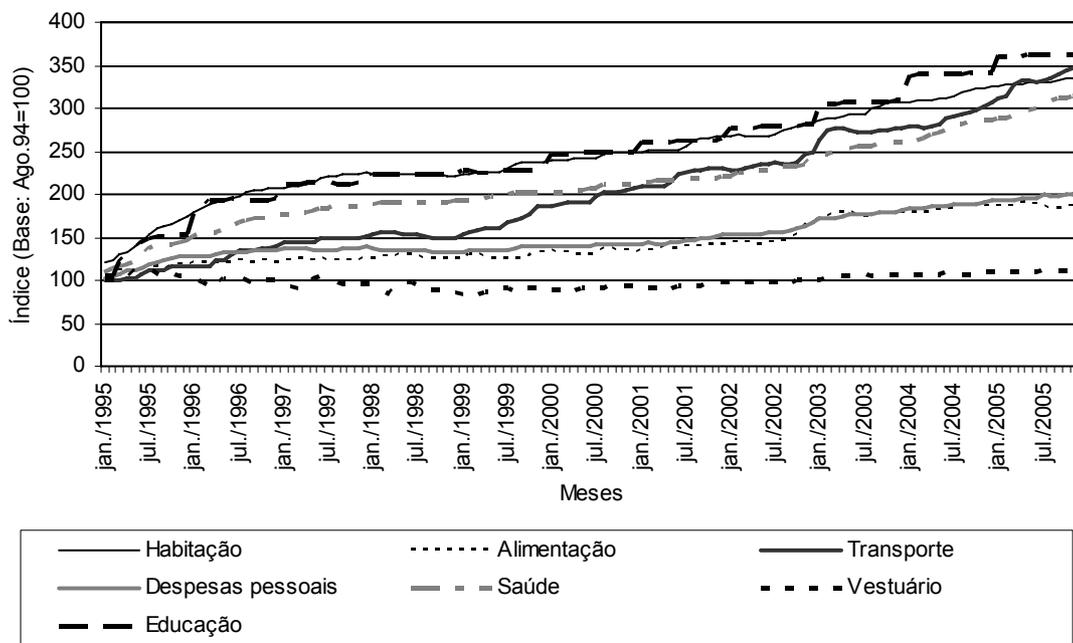


Figura 3 - Evolução do IPC-FIPE setorial, jan./1995 a dez./2005.

Fonte: Elaborada a partir de Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

der a demanda doméstica, pois os ganhos obtidos na produção mais do que compensaram essas restrições ao proporcionar grande expansão da oferta doméstica de algodão. Como consequência, não houve muito espaço para intensas remarcações de preços de têxteis e vestuários nesse período.

Visando identificar de forma mais precisa quais foram os segmentos contidos no IPC-FIPE que mais se destacaram em termos de contribuição da inflação, foram calculadas suas respectivas taxas de crescimento.

Em ordem decrescente, as taxas de crescimento de cada componente do IPC-FIPE foram: educação (17,23% a.a.); habitação (14,54% a.a.); saúde (13,64% a.a.); transportes (12,37% a.a.); despesas pessoais (4,86% a.a.); alimentação (3,56% a.a.); e vestuário (-4,92% a.a.) (Figura 4). Portanto, no período com câmbio administrado, o principal componente que atuou no sentido de amortecer o avanço de preços foi o item vestuário, e não os preços de alimentos como tanto se apregoa, apesar de os preços dos alimentos terem contribuído expressivamente para contenção dos avanços dos preços, enquanto o grande "vilão" da inflação foi o item educação, que está relacionado com o setor de serviços (Figura 4).

No período de 1999 a 2005, também em ordem decrescente, os principais componentes que contribuíram para evolução do nível de preços foram: transporte (11,59% a.a.); educação (8,12% a.a.); alimentação (7,42% a.a.); saúde (7,36% a.a.); despesas pessoais (6,83% a.a.); habitação (6,42% a.a.); e vestuário (4,19% a.a.) (Figura 4).

Ao se tomar como base todo período analisado, em ordem decrescente, os resultados das taxas de crescimento mostram que o item transporte liderou a alta de preços com 11,40% a.a., a seguir vem: educação (8,40% a.a.); saúde (7,35% a.a.); habitação (6,97% a.a.); alimentação (5,20% a.a.); despesas pessoais (4,81% a.a.); e vestuário (0,92% a.a.) (Figura 4).

A análise anterior do comportamento do IPC-FIPE foi realizada em termos absolutos, ou seja, não levou em consideração as ponderações de cada item no interior do IPC-FIPE. Sendo assim, o próximo passo foi calcular a taxa de crescimento para cada segmento do IPC-FIPE levando em conta a respectiva ponderação de cada segmento.

Dado que as condições econômicas são dinâmicas, os fatores de ponderação são modificados de tempos em tempos, visando, dessa forma, captar com maior precisão as alterações de consumo dos agentes sociais ao longo

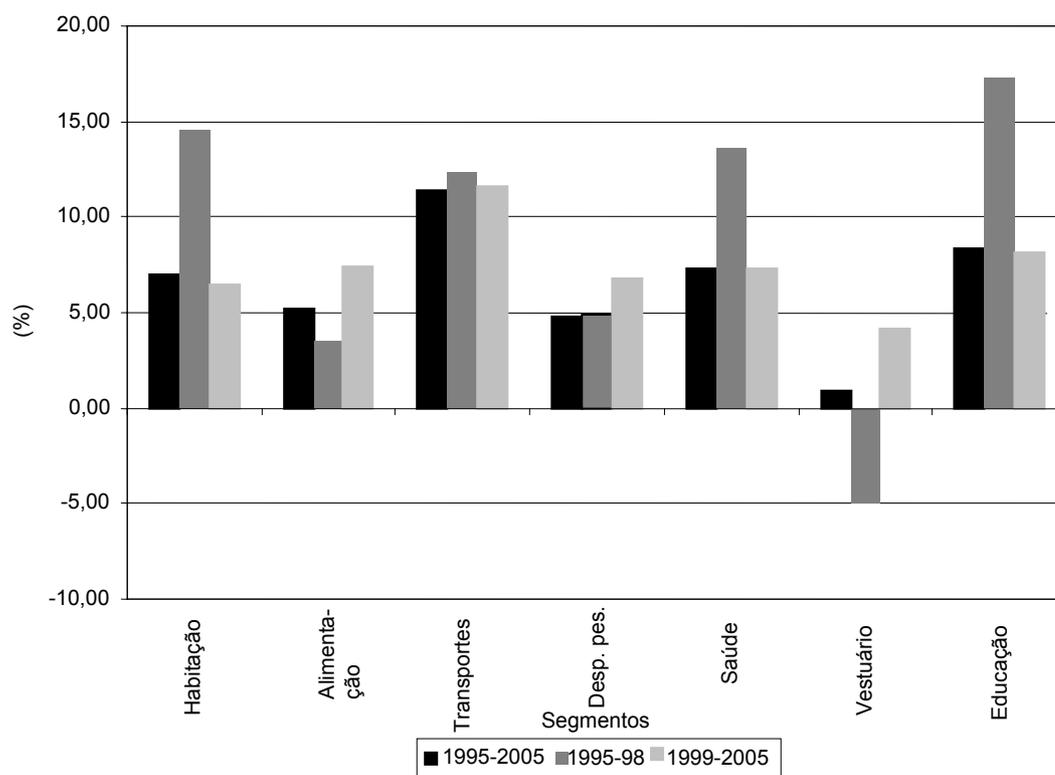


Figura 4 - Taxas de Crescimento do IPC-FIPE por segmento, 1995-2005

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

do tempo, ou seja, determinar em termos percentuais como a renda das famílias é gasta nas suas respectivas cestas de consumo abrangendo determinado horizonte temporal.

Como havia incompatibilidade entre os períodos de análise utilizados neste estudo com as mudanças nos pesos, foi necessário multiplicar o índice mensal de cada segmento pelo seu respectivo fator de ponderação de sua respectiva época. Realizada essa operação, o próximo passo consistiu no cálculo das respectivas taxas de crescimento. Os pesos e suas respectivas datas de validade encontram-se na tabela 1.

No período de 1995 a 1998, observa-se que, em ordem decrescente, os itens que mais contribuíram para a inflação no Município de São Paulo foram habitação, com 3,62% a.a., e transportes, com 1,55% a.a., a seguir vem alimentação, com 1,10% a.a., educação, com 0,66% a.a., saúde, 0,65% a.a., despesas pessoais, 0,59% a.a., e vestuário, com -0,39% a.a. (Figura 5). Em comparação ao comportamento do IPC-FIPE sem ponderação, o item alimentação, que ocupou o sexto lugar em termos de

contribuição para a inflação no Município de São Paulo, saltou para o terceiro lugar com ponderação. A liderança do item educação sem ponderação não se manteve ao levar em consideração as respectivas ponderações, pois caiu para o quarto lugar. Já o item habitação sem ponderação evoluiu do segundo para o primeiro lugar com ponderação. Outro item que se destacou em termos de contribuir para elevação dos níveis de preços no Município de São Paulo foi transportes, que saltou do quarto lugar sem ponderação para o segundo lugar com ponderação. Em ambos casos, os itens que menos pesaram no bolso do consumidor foram despesas pessoais e vestuários. Portanto, a participação do item alimentação não foi tão pequena quanto se apregoa em diversos trabalhos. O item que menos contribuiu para a escalada de preços no período de 1995 a 1998 foi vestuário.

No período de 1999 a 2005, isto é, com o câmbio flutuante, e com os respectivos segmentos do IPC-FIPE ponderados, observou-se, em ordem decrescente, que os itens que mais contribuíram para a inflação no município de São

TABELA 1 - Segmentos, Fator de Ponderação e Vigência de Pesos do IPC-FIPE, 1995-2005

Segmento	Fator de ponderação (%)	Vigência
Habituação	0,26	Janeiro/1995-dezembro/1999 ¹
Habituação	0,33	Janeiro/2000-dezembro/2000 ¹
Alimentação	0,31	Janeiro/1995-dezembro/1999 ¹
Alimentação	0,23	Janeiro/2000-dezembro/2005
Transporte	0,13	Janeiro/1995-dezembro/1999 ¹
Transporte	0,16	Janeiro/2000-dezembro/2005
Despesas pessoais	0,12	Janeiro/1995-dezembro/2005 ¹
Saúde	0,05	Janeiro/1995-dezembro/1999 ¹
Saúde	0,07	Janeiro/2000-dezembro/2005
Vestuário	0,09	Janeiro/1995-dezembro/1999 ¹
Vestuário	0,05	Janeiro/2000-dezembro/2005
Educação	0,04	Janeiro/1995-dezembro/2005 ¹

¹O valor de ponderação para cada segmento apresentado nesta tabela é anterior a janeiro de 1995, no entanto, como o período de análise deste estudo inicia-se a partir de janeiro de 1995, adotou-se o período de vigência especificado na própria tabela.

Fonte: Elaborada a partir de Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), 1995 a 2005.

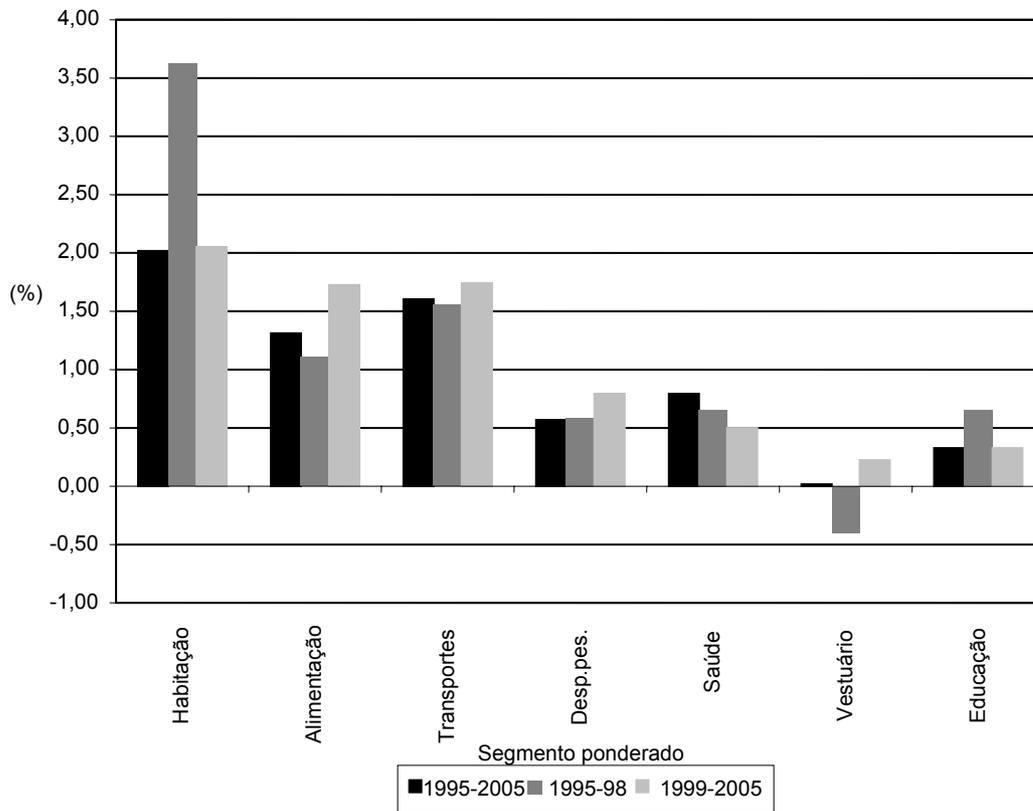


Figura 5 - Taxas de Crescimento Ponderadas, IPC-FIPE por Segmento, 1995-2005.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Paulo em termos de taxas de crescimento foram: habitação (2,06% a.a.), transportes (1,75% a.a.), alimentação (1,72% a.a.), despesas pessoais (0,80% a.a.), saúde (0,50% a.a.), educação (0,32% a.a.) e vestuário (0,22% a.a.) (Figura 5).

Em linhas gerais, comparando-se os resultados das taxas de crescimento com os itens não ponderados com ponderados, verificou-se que o item habitação, que ocupava o sexto lugar sem ponderação, saltou para o primeiro lugar levando-se

em consideração sua respectiva ponderação. O item transportes decaiu do primeiro lugar sem ponderação para o segundo lugar com ponderação. Outra mudança significativa ocorreu no item educação, que caiu do segundo lugar sem ponderação para o sexto lugar com ponderação. O item alimentação se manteve no terceiro lugar tanto ao se levar em conta sem ponderação quanto com ponderação. Novamente, o item que menos contribuiu para a elevação dos preços no município de São Paulo (sem e com ponderação) foi vestuário. Assim como se sucedeu no período com câmbio administrado, o item alimentação exerceu considerável pressão sobre o orçamento dos consumidores paulistanos.

A evolução do IPC-FIPE por item com ponderação mostrou, em ordem decrescente, que os itens que mais influenciaram o comportamento dos preços no município de São Paulo, no período de 1995 a 2005, foram habitação e transportes, com taxas iguais a 2,02% e 1,61% a.a., respectivamente. A seguir, também em ordem decrescente têm-se: alimentos (1,31% a.a.), saúde (0,80% a.a.), despesas pessoais (0,57% a.a.), educação (0,33% a.a.) e vestuário (0,02% a.a.) (Figura 5).

Tomando-se como base todo período analisado, observou-se que o item transporte sem ponderação caiu do primeiro para o segundo lugar com ponderação. O item habitação ascendeu do quarto lugar sem ponderação para o primeiro lugar com ponderação. Educação decaiu do segundo lugar sem ponderação para o sexto lugar com ponderação. Em relação ao item alimentação, o mesmo subiu do quinto lugar sem ponderação para o terceiro lugar com ponderação. Finalmente, tanto com quanto sem ponderação, o item que apresentou menor participação na inflação paulistana foi vestuário.

Por outro lado, pode-se argumentar que o comportamento dos preços dos alimentos foi elemento fundamental no sentido de amortecer os efeitos inflacionários, uma vez que esses preços variaram muito menos em relação aos preços de outros segmentos no período de 1995 a 1998. Sendo assim, foram calculadas as taxas de variações do IPC-FIPE para cada um de seus segmentos, levando em consideração os vários segmentos que compõe o referido índice de preços.

Para o período 1995-98, em ordem decrescente, os segmentos que mais contribuíram para elevação de preços com suas respectivas variações percentuais foram: educação (variação

de 116,59%), habitação (84,60%), saúde (74,90%), transportes (48,20%), despesas pessoais (28,52%), alimentos (12,91%) e vestuário (-14,53%). Nesse caso, fica claro que os grandes "vilões" da inflação nesse período foram os segmentos relacionados a serviços, enquanto, no extremo oposto, os segmentos que contribuíram para conter a elevação do nível de preços foram alimentação e vestuário (Figura 6), em especial o grupo vestuário foi fortemente influenciado pelo crescimento das importações favorecidas pelo câmbio.

No período 1999-2005, também em ordem decrescente, os segmentos que mais influenciaram o índice geral de preços com suas respectivas taxas de variações foram: transportes (127,92%), saúde (62,84%), educação (60,37%), despesas pessoais (50,77%), habitação (50,49%), alimentos (48,77%) e vestuário (34,11%) (Figura 6).

Para todo período, o *ranking*, também em ordem decrescente, ficou estabelecido da seguinte forma: educação (251,75%), transportes (246,28%), saúde (184,93%), habitação (178,29%), despesas pessoais (94,22%), alimentos (69,30%) e vestuário (12,03%) (Figura 6).

Aparentemente, pode-se inferir que, realmente, os preços dos alimentos contribuíram para conter a elevação geral de preços. Contudo, essas informações não levam em conta as respectivas ponderações de cada segmento do IPC-FIPE, fato que pode gerar vieses nos resultados.

Sendo assim, o próximo passo residiu em calcular as variações de cada segmento do IPC-FIPE, porém, levando em consideração seus respectivos fatores de ponderação.

Nesse caso, para o período de 1995 a 1998, verifica-se que, em ordem decrescente, os segmentos que apresentaram maiores variações percentuais foram: habitação (17,48%), transportes (5,35%), alimentação (3,88%), educação (3,28%), despesas pessoais (3,09%), saúde (2,87%) e vestuário (-1,14%). Novamente, afirmar que os preços dos alimentos no varejo serviram de "âncora verde" no período com o câmbio administrado não procede e mais uma vez, o destaque ficou por conta do item vestuário (Figura 7).

No período com câmbio flutuante, novamente o destaque negativo, no sentido de o ser um importante fator gerador inflacionário, foi item habitação, com variação percentual de 13,95% no intervalo de 1999 a 2005. Outro item que teve forte impacto sobre o IPC-FIPE foi transportes, com variação percentual igual a 13,57

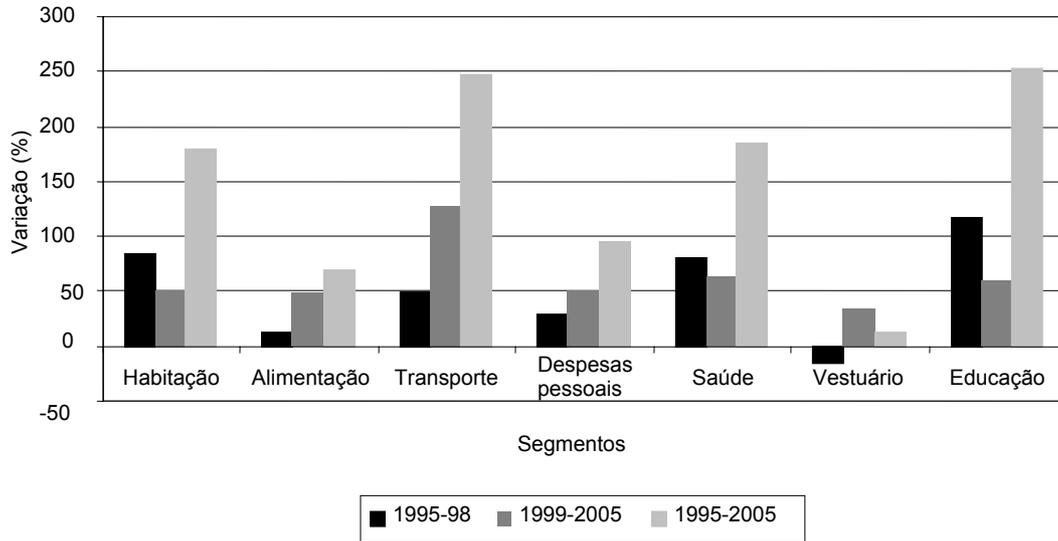


Figura 6 - Taxa de Variação do IPC-FIPE por segmento, 1995-2005.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

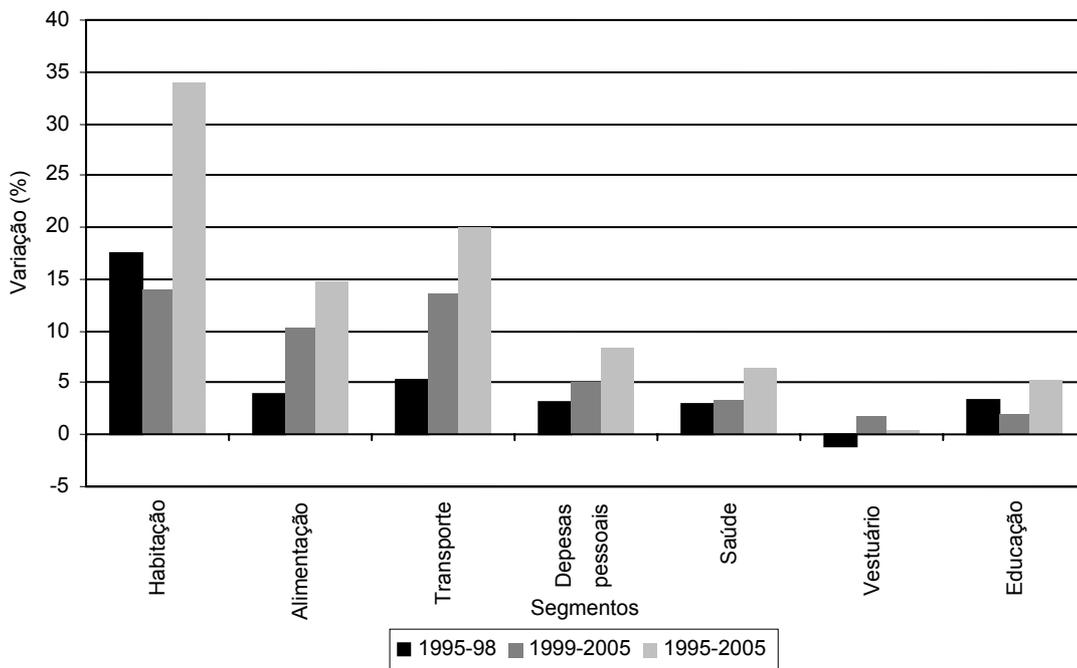


Figura 7 - Variação Percentual IPC-FIPE Ponderada por Segmento, 1995-2005.

Fonte: Elaborada a partir de dados básicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

(Figura 7). Portanto, tanto no primeiro quanto no segundo período de análise, esses dois itens foram os grandes “vilões”, porém, observa-se que o item transportes foi 2,54 vezes maior que no período anterior, aproximando-se acentuadamente do item habitação no referido período. As variações percentuais dos demais itens do IPC-FIPE, em ordem decrescente, foram: alimentação (10,26%) despesas pessoais (5,08%), saúde (3,39%), educação

(1,96%) e vestuário (1,79%).

Levando-se em consideração todo período analisado, o *ranking* é igual àqueles que englobam os dois períodos separadamente, ou seja, em ordem decrescente de taxa de variação percentual de cada item foi o seguinte: habitação (33,94%), transportes (20,04%), alimentação (14,82%), despesas pessoais (8,36%), saúde (6,36%), educação (5,35%) e vestuário (0,42%) (Figura 7).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a ótica de preços ao consumidor, verificou-se que, na primeira fase do Plano Real (1995-1998), não se pode afirmar de forma generalizada que os preços dos alimentos atuaram como a denominada “âncora verde” para contenção da inflação. As taxas de crescimento mostraram que o IPCMA evoluiu o dobro do IPCMV. Para se ter uma idéia da magnitude da evolução do IPCMA, sua taxa de crescimento representou, aproximadamente, 58,0% da taxa de crescimento do IPCA, enquanto a evolução da taxa de crescimento do IPCMV representou apenas 28,75% da evolução do IPCA. Já tomando-se como comparação o IGP-DI, as taxas de crescimento do IPCMA e IPCMV representaram 65,0% e 32,5% da taxa do IGP-DI, respectivamente. Portanto, o que se pode afirmar é que foram os preços dos produtos vegetais os principais responsáveis pela contenção da inflação no referido período. Já o comportamento mais acentuado dos preços dos produtos animais pode estar relacionado com a pressão da demanda ocorrida após implementação do Plano Real, dado que prevalece o efeito renda, ou seja, a repentina queda da evolução dos índices de preços induz a acréscimo de renda, principalmente das camadas de menor poder aquisitivo que passam a demandar produtos alimentares com maior valor nutricional, como é o caso dos produtos de origem animal. Também não se pode deixar de lado os choques exógenos, como a questão da “vaca louca”, fator que elevou as exportações brasileiras de carnes, reduzindo sua oferta doméstica.

No período 1999-2005, a taxa de crescimento do IPCMV foi 5,2 vezes maior que sua respectiva taxa no período precedente. Enquanto isso, o IPCMA foi quase 1,7 vezes maior que sua respectiva taxa no período anterior. O salto generalizado dos preços nesse período está diretamente relacionado à forte desvalorização cambial ocorrida no início de 1999. A desvalorização cambial apresenta vários efeitos sobre a economia do País. Por um lado, eleva os custos de produção das empresas que necessitam de in-

sumos e matérias-primas importadas. Também reduz a concorrência no mercado doméstico ao restringir a entrada de produtos importados nesse mercado, fato esse que abre uma janela de oportunidade para os empresários domésticos ficarem tentados a elevar seus respectivos preços. Outro fator relevante para a ascensão dos níveis de preços nesse período refere-se ao fato de que os contratos das empresas privatizadas de serviços públicos eram balizados por variações do IGP-DI, que capta de forma expressiva questões relacionadas à desvalorização cambial, resultando em importante pressão sobre os demais preços da economia. Verificou-se que os preços dos alimentos, principalmente de produtos vegetais, subiram muito mais que os dos produtos de origem animal, revertendo completamente a situação encontrada em relação ao período 1995-98.

Para analisar com maiores detalhes o comportamento dos preços, utilizou-se o IPC-FIPE desagregado por item. Novamente, em termos de taxa de crescimento, não se pode afirmar que os preços dos alimentos funcionaram como barreiras para a elevação dos preços no município de São Paulo. Tanto para o período 1995-98, quanto para o período 1999-2005, levando-se em consideração as respectivas ponderações de cada item que compõe o IPC-FIPE, preços dos alimentos foi o terceiro item que mais cresceu, perdendo somente para habitação e transportes. Sendo assim, a hipótese de que os preços dos alimentos em nível de varejo foram determinantes para conter a escalada de preços não se sustenta para o período 1995-98.

Finalmente, é preciso enfatizar que este é um estudo exploratório no sentido averiguar as tendências dos respectivos índices de preços. A sugestão é de que em trabalhos posteriores fosse interessante desagregar por tipo de produto (natural e industrializado) e de equipamento de comercialização, tanto para o IPCMV quanto para o IPCMA, para verificar quais foram os produtos alimentares que mais contribuíram para os índices de inflação, procurando determinar, também, quais foram os fatores que condicionaram seus respectivos comportamentos.

LITERATURA CITADA

AZEVEDO, P. F. **Integração vertical e barganha**. 1996. 220 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

BARBOSA, M. Z.; MARGARIDO, M. A.; NOGUEIRA JÚNIOR, S. Análise da elasticidade de transmissão de preços no mercado brasileiro de algodão. **Nova Economia**, Minas Gerais, v. 12, n. 2, p. 79-108, jul./dez. 2002.

BOSKIN, M. J. et al. Consumer prices, the consumer price index, and the cost of living. **Journal of Economic Perspective**, v. 12, p. 3-26, 1998.

BRASIL. Decreto Lei n. 9961 de 2000. **Cria a agência nacional de saúde suplementar**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/portal/site/home/index.asp>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

_____, Decreto Lei n. 9656 de 1998. **Regulamenta o setor de planos de saúde**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/portal/site/home/index.asp>>. Acesso em: 17 fev. 2006.

BUENO, C. R. F.; MARTINS, V. A.; MARGARIDO, M. A. Evolução das importações brasileiras de leite e derivados, Mercosul, pós-plano real. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 7-16, jun. 2005.

CARMO, H. C. E. do. A teoria dos índices de preços e o sistema de metas de inflação no Brasil. In: PROGRAMA DE SEMINÁRIOS ACADÊMICOS, 23., 2004. São Paulo: FEA/USP, 2004. 74 p.

FARINA, E. M. M. Q.; NUNES, R. Para além da agricultura: o efeito "treadmill" no sistema agroindustrial de alimentos no Brasil. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 347-376, abr./jun. 2004.

_____; AZEVEDO, P. F. de; SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997. 286 p.

FIANI, R. Teoria dos custos de transação. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 267-286.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. **Índices de preços ao consumidor – IPC**. São Paulo, 1995-2005.

_____. **Pesquisas de Orçamentos Familiares – POF**. São Paulo, 1981/82.

GREEN, R.; SCHALLER, B. Logística e racionalização comercial na área de produtos alimentares frescos. In: BELIK, W.; MALUF, R. S. (Eds.). **Abastecimento e segurança alimentar**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2000. p.107-130.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Sistema nacional de índices de preços ao consumidor: método de cálculo dos itens sazonais alimentícios**. Rio de Janeiro. 2005. (Série Relatórios Metodológicos, v. 32).

KATO, H. T.; MARGARIDO, M. A. Economia dos custos de transação (ECT): análise do conflito das bananas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 13-21, out./dez. 2000.

KONÜS, A. A.; BYUSHGENS, S. S. K probleme pokupatelnoi cili deneg. **Economic Bulletin of the Conjuncture Institute**, suppl., p. 151-72, 1926.

LUZ, C.; CANÇADO, P. Furacão Wal-Mart. **Época**, São Paulo, n. 396, p. 74-76, 19 dez. 2005.

MAS-COLELL, A.; WHINSTON, M. D.; GREEN, J. R. **Microeconomic theory**. New York: Oxford University Press, 1995. 979 p.

MARGARIDO, M. A.; BARROS, G. S. A. de C. Transmissão de preços agrícolas internacionais para preços agrícolas domésticos no Brasil. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, t. 2, p. 53-81, 2000.

_____; BUENO, C. R. F.; MARTINS, V. A. Evolução dos índices da cesta de mercado no Pós-Plano Real. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 37-42, fev. 2003.

MATOS, O. C. de. **Econometria básica**. São Paulo: Atlas, 2000. 300 p.

MENDONÇA DE BARROS, J. R.; RIZZIERI, J. A.; PICHETTI, P. **Os efeitos da pesquisa agrícola para o consumidor**. São Paulo: FIPE, 2001. (Relatório de Pesquisa).

MERRIL, W. C.; FOX, K. A. **Estatística econômica**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1977.

NICHOLSON, W. **Microeconomic theory**: basic principles and extensions. United States of America: South-Western, 2002. 748 p.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 711 p.

RAMANATHAN, R. **Introductory econometrics**: with applications. United States of America: The Dryden Press, 1998. 664 p.

RELATÓRIO de inflação. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/reinf>>. Acesso em: jul. 2004.

TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. **Estatística básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DE ÍNDICES DE PREÇOS PÓS-PLANO REAL: digressões sobre a propalada “âncora verde”

RESUMO: De acordo com vários autores, um dos fatores que contribuiu de forma decisiva para a estabilização de preços após a implementação do Plano Real foi a denominada “âncora verde”, que perdurou no período com taxa de câmbio administrada. Conforme essa vertente, inovações tecnológicas no âmbito da produção proporcionaram elevação da produtividade do setor agrícola, resultando em menores preços aos consumidores. Uma outra corrente afirma que essa redução de preços dos alimentos aos consumidores está relacionada ao acirramento da concorrência no segmento de varejo. Utilizando-se taxa de crescimento dos índices de preços gerais e ao consumidor, e também do IPC-FIPE, porém este último desagregado por segmento, este trabalho verificou que, no período de 1995 a 1998, os preços dos alimentos no varejo apresentaram expressivas taxas de crescimento em relação aos demais segmentos, resultado que não corrobora a hipótese de que os preços dos alimentos funcionaram como “âncora verde” no referido período.

Palavras-chave: índices de preços, mercado de alimentos, mercado varejista, Âncora Verde.

ANALYSIS OF THE EVOLUTION OF PRICE INDICES IN THE POST-REAL PLAN PERIOD: digressions on the celebrated “green anchor”

ABSTRACT: According to several authors, a decisive contribution to price stabilization after the Real Plan was given by the so-called “green anchor” which allegedly remained in force during the administered exchange-rate period. Those authors see technological innovation in production as a source of productivity growth in the agricultural sector, resulting in lower prices to consumers. However, other authors have argued that the reduction in food prices is related to fierce competition in the retail segment. Using the growth rate of indices of general and consumer prices together with FIPE’s Consumer Price Index (IPC), the latter disaggregated by segment, this paper concluded that retail food prices showed significant growth rates between 1995 and 1998, as compared to those in the other segments, a result that does not validate the hypothesis that foodstuff prices were the “green anchor” in the period under analysis.

Key-words: price indices, food market, retail market, green anchor.

Recebido em 12/06/06. Liberado para publicação em 04/07/06.